

**ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE PIRAPORA (MG), REALIZADA EM 05 DE
NOVEMBRO DE 2024**

Ao quinto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro (05/11/2024), às dezenove horas (19h), reuniram-se no Centro de Educação Permanente em Saúde - CEPS, localizado na Rua Montes Claros, 1264, Nossa Senhora de Fátima, de forma presencial, noventa pessoas presentes, conforme lista de presença. Na abertura do evento o Secretário Municipal de Planejamento, Heliomar Valle da Silveira, inicia os trabalhos da terceira audiência pública da revisão do Plano Diretor de Pirapora. Heliomar inicia a sua fala, mostrando a importância da participação da população no projeto *“Boa noite a todos, boa noite a todas. Obrigado por terem aceitado como convite para esta terceira audiência pública do plano diretor. Nós estamos na terceira audiência, nós ainda vamos ter a quarta e a quinta audiência. E, após o término da quinta audiência, irá até o Conselho de Política Urbana, todos os trabalhos que foram apresentados, as sugestões que foram apresentadas. As discussões que estão tendo, as críticas que estão sendo feitas também, as legislações do novo plano diretor das leis a ele associadas, para que a gente possa ter, então, um termo de lei que será criado, criado pelo prefeito, para a prefeitura municipal, e vai formar, então, esse plano da lei. Não só na lei do plano diretor, mas também as leis associadas. Tem sido boa as audiências públicas. A gente tem tido uma frequência toda de 70, 80 pessoas nas audiências públicas, o que nos animou muito. Melhor seria se fosse muito mais do que isso. Mas essa história de a gente estar trabalhando com o mundo ideal, com o mundo do desejo, vão passar dos anos na minha vida, dependendo do que a gente deve se aplicar com o mundo real, não no mundo do desejo. O assunto do plano diretor diz respeito a todas as pessoas em se encontram nesse município batizado como Pirapora. Então, todas as pessoas, não importando idade, crença religiosa, estria, faixa de renda, escolaridade, interessa a ele o plano de diretor, porque da hora que você levanta e a hora que você deita, basicamente, o seu modo de vida todo tem uma relação direta com o plano de diretor. O lugar que você mora foi feito uma planta, foi feito um desenho. Aquela planta tem regras para se fazer o plano de diretor. Aquela construção tem regras para ela ser edificada. Aquela rua que você mora que tem o seu lote, parcelamento pertencente ao solo, tem regras que se atrevessem ao parcelamento pertencente ao solo, o método de receita o que não pode ser. Agora mesmo, o Marcos estava me perguntando mais adiante, o terreno de hoje de manhã, do Conselho de Desenvolvimento Urbano, acabou se focando muito na questão dos pontos de alagamentos, quando se chove de mais em Pirapora. E essas áreas, abri imagens de satélites lá, ficam fáceis de serem identificadas. E essas áreas que já foram lá identificadas, que quase todo mundo conhece, sabe? Experiência empírica de cada um tendo uma cidade, já está servindo de norte para dizer que essa área não pode ser permitida que ela seja parcelada, pois ela é uma área que alaga. Então, a natureza está nos ensinando que aquele lugar é um lugar que não deve ser parcelado. Ali deve uma área de preservação e de proteção. Hoje, então, vamos ver ter, a terceira audiência uma revisão do plano diretor, o professor Marcos vai fazer a apresentação de Carol, que está aqui, Marcos está aqui, e a Viviane é a secretária executiva do*

Conselho, ela trabalha na prefeitura, é a secretária de planejamento”. Posteriormente a palavra foi passada ao professor Marcos Esdras. Então o Professor Dr. Marcos Esdras Leite, coordenador da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior – FADENOR, cumprimenta a todos presentes, e falou um breve resumo sobre as audiências passadas “Então, na primeira audiência, nós fizemos uma visão de algo o que é que é essa visão do plano diretor? E que instrumento é esse, chamado plano diretor? E a importância que ele tem para o desenvolvimento da cidade. Na última audiência, no mês passado, nós realizamos uma questão objetiva que o plano diretor visa responder. Para onde vocês querem, para onde a população de Pirapora quer que a cidade cresça? E como deve ser esse crescimento. Quais são as áreas da expansão urbana? Então, aos poucos, essa caminhada de entrevistas e conferências e coletando, via como foi dito, o Leandro Léo e o Moacir, no site, nós temos o máximo de contato conosco com os colaboradores e tem também a urna nossa física para colocar qualquer tipo de contribuição que se possa opinar. Então, esse momento de participação, mais uma vez, não é um plano que nós, enquanto acadêmicos, da Universidade Estadual de Montes Claros da Fundação Fadenor que estamos fazendo. Não. É um plano que tem a participação popular. São vocês moradores de Pirapora que decidem o que deve constar nesse movimento. Que é um documento fundamental, de um plano diretor. Ele vai direcionar as leis viram, que a Câmara Municipal de Vereadores vai aprovar. Os projetos que o município executivo vai encaminhar para a Câmara. Então, é uma etapa importante ou marca da história de Pirapora. E são poucas as experiências que nós temos de um plano diretor que é feito dessa maneira. De dúvidas. E que nós não temos compreensão. A gente vem e traz qualquer questão, as divergências devem aparecer. Porque tudo gravado na ata, e a ata publicada no site. Para eu explicar que a coisa é transparente, foi dito, e sim, está na ata, e a ata publicada no site, você pode ir á e consultar. Inclusive com a lista de presença. Então essas pessoas que participaram das audiências estão entrando na história”. Após a sua fala o professor Marcos passa a palavra para Carolina, coordenadora do Plano Diretor, onde ela vai apresentar os objetivos da audiência “Boa noite a todos. Esses são os objetivos da audiência terceira audiência. Primeiro a gente vai apresentar os registros fotográficos, os resultados da segunda audiência que ocorreu no dia 9 de outubro de 2024, a apresentação da atual lei sobre o parcelamento do solo urbano no município de Pirapora, traduzida da lei 14.470, de 97, e ao final, a participação popular de quem tiver interesse em participar sobre o parcelamento do solo no município de Pirapora. Essas são de registros fotográficos da audiência do dia 9 de outubro. Esses registros e a ata vocês encontram no site do Plano Diretor de Pirapora. Só pesquisar no Google. Plano Diretor Pirapora. A partir de tudo que foi discutido nessa audiência foi feita essa nuvem de palavras. Então, Plano Diretor, cultura, Pirapora”. Logo após o Professor Marcos volta a falar “Então, a gente tenta fazer uma apresentação rápida nessa primeira parte e abrimos para a plenária, para a participação de vocês, que é o mais importante. Vocês podem perguntar o que foi dito, das audiências passadas, o que foi, a palavra está aberta para isso. E, nesse momento, hoje, nós vamos discutir tudo isso. Qual é a lógica da pergunta que nós vamos fazer? Qual área de Pirapora tem de ter um avançamento prioritário? Qual

área de Pirapora tem de ter a configuração da cidade de Pirapora que é determinada a configuração do perito urbano é o déficit urbano. Então Pirapora hoje na realidade, mais de 80% da área urbana é construída, entre o Rio de São Francisco e a BR 365, sentido Montes Claros. A ideia é, dentro desse perito urbano, ainda existe áreas vazias, quais dessas áreas devem ser priorizadas para a ocupação? Então, eu vou explicar para vocês o porquê disso. Porque, juntamente com o plano diretor, nós temos um produto a ser entregue, e eu sempre ressalvo com essas audiências, é um elogio que eu faço aqui, público, a gestão municipal, além do plano diretor, junto com o plano diretor, encaminhar as propostas das leis suplementares. Porque o plano diretor, ele é um plano de diretrizes, ele é um plano de orientação. Ele não obriga, o plano diretor não te obriga a seguir especificamente um determinado direcionamento. O plano diretor incentiva o zoneamento organizado, ou seja, em lotes menores em determinada área, em lotes maiores em outras áreas, a parte da capacidade daquela área, da capacidade ambiental daquela área. Então, isso é definido por uma lei específica, que é uma chamada lei complementar, que deriva a partir do plano diretor. E essa lei, por exemplo, é uma lei é definido o parcelamento do solo urbano de Pirapora. Já temos uma lei publicada de 97. Então, nesse processo de revisão, o que eu percebo é que a gente precisa desse conhecimento de vocês para saber qual é a realidade de Pirapora e o que deve constar nessa lei. O que são ZE's? São as zonas especiais de interesse social. São áreas que quando vier, por exemplo, um programa popular de moradia, de casas populares para população de baixa renda, aquela área vai ser alocada ali, vai ser colocada na linha de espaço. E o que a cidade tem de ter, ultimamente? É uma regra que sempre acontece no Brasil, colocam essas zonas em áreas longe de tudo e de todos. Então, o morador de baixa renda que vai morar num conjunto habitacional, ele vai morar muito distante do local que ele trabalha. Então temos de discutir onde serão essas zonas em Pirapora. Não podem ser em áreas com risco de inundação, por exemplo. Essas áreas de inundação não seria melhor colocar com Zonas de Interesse Ambiental, para a criação de um parque, por exemplo, já que são áreas que alagam. Basicamente isso, tudo tem de ser decido nesse Macrozoneamento Urbano de Pirapora. Por isso tem zonas da cidade, chamada macrozonas da cidade, que você pode colocar como um adensamento prioritário preferencial. São áreas que o município vai incentivar a ocupação daquela área. Então, qual área é essa? São as áreas mais consolidadas, as áreas mais antigas? Ou não? Nós vamos ocupar como? Fazendo ocupação ao longo da rodovia da direção norte, no sentido de Montes Claros. Essa decisão cabe a população de Pirapora. Por isso, o plano diretor é um plano diretor participativo. Se você não for participativo, não tem qualidade legal. Fique bem claro isso. Nós fizemos um mapeamento de Pirapora, da década de 80, com imagem de satélite, até agora. E, claramente, o crescimento de Pirapora é para a região norte. Então, a grande questão é isso. Nós precisamos definir, no plano diretor. Qual a área de expansão urbana de Pirapora? Se a gente acrescenta uma área de 1km, a partir do perímetro atual, significa que aquela área, por ser expansão urbana, ela está passível de ser loteada. Outra coisa que tem chamado a atenção em Pirapora, vocês vivem essa realidade das usinas fotovoltaicas de energias no solar. Olha a concentração você tem nessa região. Nós vamos propor um zoneamento para essas

unidades fotovoltaicas? Vai ter uma zona da cidade para recebê-las ou não? Em qualquer área que tiver uma aprovação do órgão, pode-se instalar? Isso vocês têm de pensar. A energia fotovoltaica tem impactos positivos e negativos. Ninguém melhor do que vocês para dar essa resposta para isso, pois quem aqui que sabe os impactos que elas causam. Outra coisa que precisa ser discutido são as áreas de inundação. Na imagem de satélite fica claro que essas áreas mais embaixadas são inúmeras. São áreas que instituições internacionais como a ONU, já orientam que essas áreas não devem ser de ocupação. Você tem que deixar essa área como uma área de uma zona especial de interesse ambiental. Uma possibilidade de parque, de área de recreação. Coloca uma pista de caminhada nessa área para a prática saudável para a população e quando ocorrer as inundações a pista é fechada e após as chuvas é reaberta sem maiores problemas. Porque se a gente pega essa área que inunda e não faz a drenagem correta e constrói casas o estrago das chuvas será irreversível. Por isso temos de entender que a cidade é um sistema, uma coisa interfere na outra. Então a grande questão é temos essa realidade. Adiante o professor mostrou alguns mapas e explicou cada ponto apresentados nos mapas onde a mais edificações, áreas verdes, usinas fotovoltaicas. Ainda na sua fala o professor destaca o rio São Francisco “Hoje nós falamos rio São Francisco, não esqueçam disso, nós vivemos, não estou sendo aqui alarmista ou qualquer coisa, odeio quando a gente usa a ciência para fazer alarme, mas de fato existe um grande semelhante, isso não é invenção não, a temperatura do planeta está subindo, os períodos de chuva estão mudando, eventos extremos estão acontecendo, e é isso que é o ponto mais importante. Ocupar essa margem do rio é muito ariscado. Se a gente consegue deixar uma margem de segurança, uma área de recreação, um parque, uma pista, uma academia, um alívio, ou seja, não são pessoas morando, usos esporádicos, é muito mais fácil para o que se deseja e o que se recomenda. Então, acho que em Pirapora a gente tem uma situação muito restrita do central, de ocupação mais próxima, no entanto, não tem mais, ainda está controlado. A questão é, o atual perímetro urbano de Pirapora é suficiente para atender a demanda por moradias e o mercado imobiliário. Caso não seja, é possível fazer uma zona de expansão urbana de 1 km sentido a região norte. Pois pode acontecer de Pirapora ter um aumento significativo no aumento da população, entretanto não há estudos que preveem isso, pelo contrário, o crescimento de Pirapora segue baixo, nos últimos anos. Então essa perspectiva de crescimento alto para a população de Pirapora é mínimo. Por isso não justifica a criação de uma área de expansão urbano de 10 km, por exemplo. Relembrando que todo esse material que a gente apresenta aqui está disponível no site do Plano Diretor de Pirapora. Agora vamos mostrar o atual mapa do Zoneamento Urbano de Pirapora. Temos aqui as áreas das industriais, as áreas de preservação ambiental, que são as áreas que inundam e não estão ocupadas. O que quero dizer com isso, a atual lei vigente no município de Pirapora está de acordo com o macrozoneamento urbano. E o momento de aperfeiçoar esse macrozoneamento é agora. Está funcionando? Tem áreas que precisam ter suas funções mudadas? Alguma área precisa ser ocupada? O tamanho do lote mínimo precisa ser alterado? Lembrando que maior a terra, mais cara. Então pessoas de baixa renda não vão ter condições de comprar sua casa ou seu lote. Em relação o

adensamento urbano, quais são as áreas que precisam ser áreas de adensamento prioritário? E quais áreas nós não devemos adensar? Quais são as áreas que vamos deixar para serem zonas de interesse ambiental? Então vamos deixar essas questões projetadas na parede para começarmos, a participação da plateia para dúvidas, questionamentos e propostas”. Posteriormente o professor Marcos passou a palavra para algumas pessoas presentes para que pudessem falar e participar da audiência também. O **primeiro participante** é Luiz Cláudio arquiteto urbanista, e começou falando “*Eu sinto que agora é o momento mais importante ao meu ver, que é o olhar profissional, que plano diretor, e a coisa mais importante é a participação da população, porque se não for formatada as diretrizes das leis agora, lá na frente não dá mais nada, e eu falo isso por propriedade porque Montes Claros, eu sou filho da terra, tem mais de 200 bairros, e foi um crescimento desordenado, não se pensou onde deveria ser ocupado. Hoje a gente vê uma cidade sem solução, ao contrário do que está aqui em Pirapora. Porque em Pirapora, eu sinto muito feliz nessa abordagem que o Marcos falou, 85% do conhecimento urbano, Pirapora está entre o Rio e a Br. Lembrando que Pirapora é uma cidade turística, Montes Claro não é. Aqui tem um rio São Francisco que banha a cidade. E aí eu faço um convite, talvez até um pedido, para que se crie aí o que ele falou, ZE’s, antes de pensar no parcelamento, doutor Marcos, se o senhor me permite, é proteger a cidade. Eu acho que Pirapora podia e deve ser exemplo para as cidades ribeirinhas, em todo o São Francisco, em todo o vale do São Francisco, que vai tocar lá no mar. Montes Claros não dar mais para as coisas dentro. Eu sou urbanista de lá, com a qual eu pedi e não consegui, porque houve um desacordo urbanístico, a meu ver. Então o pensamento que se tem lá, o que eu peço que se atende aqui, é que quanto mais indústria, melhor. Quanto mais loteamento, melhor. Por que lembrando, quem loteou Montes Claros, apesar de ter os filhos, que são loteadores, que muita gente de fora, num projeto que era Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que chegou o que eles faziam, eles compravam fazendas. O que é? Compravam alqueires para vender em m², e tinha as normativas e as diretrizes, que não eram as normativas, que o empreendedor, muitas vezes, de fora, principalmente, eles não se atendem. Lá na lei fala que se você for ocupar fazer um conjunto habitacional, Minha Casa Minha Vida, que for até 500 habitantes, passou disso, 500 unidades, tem que ter um equipamento urbano. O que aconteceu em Montes Claros? O pessoal de fora fazia 499. Aí, eu dei o grito, falei com o prefeito da época que isso estava demais. Porque eles tinham a obrigação de fazer o equipamento urbano, uma creche, um acesso, a passagem para colocar esgoto, escola. Enfim toda a estrutura. Entretanto aqui em Pirapora ainda está embrionário e uma coisa muito interessante é que na imagem de satélite a gente vê, as áreas de amortecimento da bacia não estão ocupadas. Entretanto em Montes Claros foram feitos loteamentos. Para quem conhece Montes Claros, a área atrás da rodoviária foi ocupada e aí inunda em todas as chuvas, pois é uma área de amortecimento da bacia. Por isso o que pode ser implementado em Pirapora são os parques urbanos nessas áreas, a exemplo de Curitiba. Seriam áreas para churrasco, piquenique. E quando vieram as chuvas, esperam a chuva passar e depois volta ao normal, aberto para o público. E o que eu peço fica nesse sentido. Se a gente pensar agora, que a ordem tem que ser agora, é*

feito por vocês. Porque vocês agora têm o instrumento técnico e também um conselho, para a Prefeitura, um apoio, porque a coisa que precisa, é você chegar agora, e dar uma ideia e participar. Lá em Montes Claros estava tendo muito problemas na ocupação urbana, eu cito como exemplo o loteamento que fizeram ao lado do rio e deixam a APP e não fizeram a separação do público com o privado. Aí lá na frente criamos um artefacto urbanístico, que se trata de uma faixa de 2 ou 3 metros, uma calçada, separando o público do privado, pois estávamos preocupados em proteger a bacia de amortecimento, essas áreas alagadas. Outra coisa, durante a década de 70, período militar, houve incentivo no reflorestamento, entretanto eram de espécies exóticas, eucalipto. Que hoje estão sendo substituídas por placas solares e fica meu questionamento. É realmente necessário? Vocês que moram aqui que realmente saberão. Finalizando, essas são minha ideias e apontamento, boa noite e muito obrigado”. O **Segundo participante** é o Carlos “Boa noite a todos, meu nome é Carlos. Para iniciar são duas questões que eu quero falar sobre a última audiência. Eu li a ata, todas as falas foram contempladas, menos a minha. Eu acho isso um pouco grave, pois é um plano diretor que necessita da participação popular e uma fala ficar de fora é muito grave, isso não poderia acontecer. A outra coisa é a difícil a comunicação com o site e o Instagram do plano diretor. É um pouco difícil, sim. Quando a mensagem no site não tem uma confirmação de recebimento, ele vai para uma página de erro. O Instagram não responde mensagens, a gente não consegue se comunicar, a gente não consegue se acompanhar. É um trabalho importante e não pode ser só uma fórmula popular. Ela tem que ser, de fato, a participação que inclui o grupo. E é muito legal que, com a condição cheia de jovens que estão muito participando, eu acho que nós temos de diferenciar a cidade de repente para onde ela for. Ela tem de ser inclusiva para todo mundo, tem de ter equipamentos, ter parques, ser sustentável. E nós temos de ter essa acessibilidade para todos”. O professor Marcos Esdras responde ao Carlos informando que será averiguado o que houve com a transcrição da ata e será verificado o questionamento do participante sobre a falta de respostas em relação a todas as mídias sociais do Plano Diretor. O **Terceiro participante** é o Breno, professor do Instituto Federal “Boa noite, meu nome é Breno, sou professor do Instituto Federal. Estamos trabalhando com o plano diretor. Então é uma oportunidade para os alunos, principalmente os alunos da Engenharia Civil, porque realmente trabalhar diretamente nessa parte de macrozoneamento. Você falou sobre a questão de inundações. Inclusive, nós temos um projeto de pesquisa no Instituto. Nós estamos produzindo um mapa de susceptibilidade de alagamento em Pirapora. É trabalho de geoprocessamento. Então, não é do curso de Geografia, mas nós introduzimos alguns pontos, conceitos de Geoprocessamento. E inclusive, é importante, como eu vi, na própria reunião de hoje, vocês terminaram falando do histórico de alagamento em Pirapora. A nossa cidade de Pirapora, acho que até agora tem de utilizar os mapeamentos já existentes. Mas esses mapeamentos são importantes também, porque traz ali um estudo, aplicado, apresentado. Nós do IF estamos à disposição trabalhar com esse mapeamento. Acho importante mantermos esses mapeamentos atualizados, e inclusive é um dos objetivos do trabalho. E esse conceito aí das cidades esponjas, por exemplo, esse é um conceito atual que a gente está vendo

ali, na margem dos rios, por exemplo. O Rio São Francisco, e eu queria ver qual é a ideia relacionada com isso. De implementar na nossa cidade esse conceito das Cidades Esponja, e hoje eu fico pensando, eu não sou de Pirapora, mas o problema atualmente em Pirapora é realmente um problema de alagamento. Esse problema já era muito comum, talvez precisamos pensar mais nessa questão de qual é o vetor da biodiversidade, a gente tem de bater muito na tecla disso, porque realmente onde é possível fazer essa parte, esse ponto de arrecadamento do nosso lençol freático e também quais são as soluções de drenagem dentro dessas regiões. É basicamente isso. Obrigado. Parabéns a todos”. O **Quarto participante**, Alan também falou “Boa noite professor Marcos, boa noite a todos. Nessa audiência pública, estive presente na audiência anterior e fico muito feliz de ter uma nova oportunidade. Minha participação hoje e para trazer um ocorrido que aconteceu na região, ali na Avenida São Francisco, como nós estamos conversando aqui, essas questões de alagamento e inundação. A Avenida São Francisco é até onde está localizado, facilitar é perto do vapor ali. É uma área rural, minha família tem um terreno ali. O que eu tenho de observar? Que ali são constantes loteamentos irregulares e nós estamos à margem do Rio de São Francisco. E o que aconteceu nos últimos anos? Apesar termos, o bairro industrial asfaltado, não falo muito sobre isso, mas o bairro foi assalto, foi uma vitória imensa, já tinha muitos anos que não tinha a pavimentação da região industrial. Porém, com a pavimentação desordenada do industrial, a água de chuva, a água fluvial, corre toda para essa região ali da Avenida São Francisco. E ali, realmente, quando chega essa época de chuva, começa a passar a água dentro dos lotes, as ruas, as ruas grandes, as chácaras grandes. Com crescimento desordenado, e isso eu não sou um especialista no assunto, mas com crescimento desordenado, ali vai ser futuramente uma área de alagamento. Se lógico o plano diretor criar ali uma área de preservação. Hoje é uma área mais ecológica, é mais relativa, mas tem um grande naquela região. Não sei se já foi citado sobre essa região, mas fique aí uma ideia para ver o que pode ser feito”. O **Quinto participante Lucas** também falou “Boa noite a todos. Tenho visto que falaram sobre a questão do caso de inundação. Você abordou, Marcos, um tema importante que são as mudanças climáticas. E esses eventos estão cada vez mais frequentes. Então a gente vai ficar mais suscetível a ter inundações e que realmente esta acontecendo na cidade com mais frequência. Eu deixo uma sugestão de criarmos uma zona de proteção na beira do rio que seja uma faixa de vegetação nativa de 100, 200, 500 metros, aí nós temos de fazer isso. Então eu acho que é a oportunidade para definir, né? Essa área. Contudo, tudo isso que virá em uma área de inundação. E, estruturalmente, nós queremos um novo desenvolvimento desse tema, nós criarmos um raio, no entorno, aí nós já consideraríamos um novo desenho urbano. Mas é importante ter nossa presença aqui também na próxima audiência”. A **Sexta participante** é a Patrícia, que começa falando “Eu como professora, vou levantar. Para quem não me conhece, eu sou Patrícia. Estou representando aqui o CREA e hoje de manhã, como o Marcos falou, nossa reunião foi extremamente produtiva. Eu faço parte do CODEMA também, então o que está sendo falado aqui, como tudo que nós falamos, será gravado e será registrado. Nós temos ali atrás uma urna para vocês fazerem sugestões e dizer o que nós queremos para Pirapora. Eu estou muito feliz, agradeço

a Ivonei, aos professores do direito, ao Breno, aos nossos alunos na IF, porque eu também sou professora lá do Instituto Federal. E hoje na reunião nós falamos muito sobre alagamento. Eu quero até registrar aqui, como uma das falas sobre a reunião de hoje que a gente falou lá, sobre a beira do Rio. Hoje as construções tomaram conta, o que os outros participantes também falaram, que vai da beira do Rio e até a margem do Rio. As casas simplesmente acham que são donas. Lembrando que o rio é um rio de unidade nacional, tem que seguir a legislação vigente. Então quero ficar registrada aqui para colocar, para a gente ver, para bater no caderno, a gente tem o Edilma, Lucas também faz parte do CODEMA. Para nós fazermos um estudo fisiológico dessa parte do Rio. Porquê? Porque chega lá, o pessoal coloca barco, coloca o que quer, como se fosse propriedade particular. Na última audiência, como eu não pude comparecer porque eu estava de férias. Mas as calçadas da cidade, parece que o pessoal é comum nas nossas calçadas, com os passeios, porque hoje me deram uma aula da diferença entre passeio e calçada. Tem uma loja perto da rodoviária que toma todo o passeio. Eles estão colocando uma geladeira e outra geladeira em cima. Então, por exemplo, os cadeirantes não tem acessibilidade nessa cidade. Isso já foi discutido na última, mas isso é só para relembrar essa situação. Como membro do CODEMA, eu quero que deixe registrado aí, para que seja realizado um estudo fisiológico, para verificar essa acessibilidade na cidade. Ah, com relação às placas solares. Nós ainda não temos estudos dos impactos que são plantar placas. Eu falo que nós falamos lá no IF que é plantar placa. Então, o Sagrada Família hoje sofre com aquelas placas ali atrás do tudo, que na última chuva foi fechado em 2022, né? O bairro alagou. Então, quero que deixe registrado aqui também. E o que é que precisa? Se a Câmara vai aprovar os investimentos que há na cidade, que tenha um engenheiro civil, um engenheiro ambiental e um advogado lendo o que está sendo feito em torn a cidade. Então, nesse zoneamento aí é importante definir que tenha um afastamento da cidade. Porque hoje o bairro Sagrada Família sofre porque não foi feito a drenagem pela empresa. Então isso trás consequências. Então nesse zoneamento, realmente a gente tem que definir. Chega esses investidores, ótimo. Mas depois eles vão embora. Fica o quê? Fica empregos para meia dúzia de pessoas. Então assim, é importante que a gente definir onde que é o zoneamento. Outra coisa, coisa que eu quero deixar registrado é que o bairro Aparecida precisa se tornar uma zona de turismo. Precisamos fazer a parte histórica da cidade no bairro Aparecida. A capitã da Marinha, esteve com a gente um dia e falou que Pirapora não tem um local que conta a história da cidade. Quem já teve a oportunidade de visitar o porto da Argentina, possui museus que contam toda a história do porto e da cidade. Nós em Pirapora não temos história para contar, não temos registros dessa história. Então deixo registro aqui, que o bairro Aparecida, se torne uma zona de turismo. Antigamente a história do bairro Aparecida era triste, eu não vou falar para vocês hoje, não vou nem repetir. Mas, nós precisamos fazer uma zona turística nesse bairro.

Sétimo Participante é Júnior Engenheiro, que fala sobre os conselhos municipais nas suas competências municipais. “Boa noite, queria ressaltar a importância dessas audiências do plano diretor. Mas antes disso queria perguntar a vocês do Plano Diretor, que tipo de ajuda que vocês estão tendo desses conselhos municipais, porque

muito antes de ter essa revisão do Plano Diretor, os conselhos municipais deveriam estar pensando nas suas competências municipais, a questão do meio ambiente, sobre o adensamento urbano, sobre a questão da água. Nós temos um problema muito grande que é o tratamento de esgoto da cidade. Queria saber qual é o suporte, nessa geração de informações. Essas pessoas que participam dos conselhos municipais não deveriam está participando das audiências do Plano Diretor? Fazendo esse acolhimento de propostas, de demandas. Eu queria saber se tem, porque até onde eu sei, o Conselho de Saneamento Básico, oito anos atrás, a gente teve uma conferência municipal de saneamento básico, onde deveria estar sendo feito um plano municipal de saneamento básico, que deveria até ser parte integrante desse plano do diretor geral, e saber se estão segundo o modelo do Conselho de Saneamento Básico”.

Posteriormente o Professor Marcos responde “*Júnior, na verdade o plano diretor é ligado ao conselho de política urbana COMPUR nós temos diversos membros, inclusive membros do Poder, como a Patrícia mencionou aqui, são três membros do Poder. Então a ligação do plano diretor é diretamente com esse conselho específico. Através desse conselho é que a gente faz essa relação com os outros conselhos. Nesse caso os membros deveriam participar desses outros conselhos. Mas nesse caso específico nosso, a ligação é diretamente com um só conselho, o COMPUR, que é esse conselho que inclusive formou o núcleo do gestor do do plano diretor, que é quem nós, de alguma maneira, nos reportamos. Então nossa ligação é dentro do COMPUR”.*

A Oitava Participante é a Vânia, estudante do curso de Geografia, ela fala “*Boa noite a todos e toda, eu sou Vânia, estudante do curso de Geografia da Unimontes. O plano diretor pretende disciplinar o uso do aeroporto velho, que está sendo ocupado, de maneira aparentemente, sem controle, por parte do município?”.*

Heliomar responde o apontamento da Vânia “*Essa área que estamos aqui agora, faz parte dessa área que você mencionou. Essa área originalmente era de 900 mil metros quadrados. Agora ela está um pouco reduzida, foi privatizada. Essa área é hoje matriculada em nome da União, da Secretaria de Patrimonio da União. Nesse momento, essa área está passando por uma transformação. Nesse momento, eu falo assim, uns 10 anos para cá. Na parte, vamos dizer assim, se aqui fosse sul, e lá seria a parte norte. A SPU liberou para a construção do Colégio Federal, onde hoje está instalado, ele se instalou, se tornou de novo, e foi contido com aquele tamanho ali, que tem aquela formatação lá. Hoje, o Colégio Federal precisa de espaços para os cursos de engenharia. Eu tive com o Wallece, lá em Belo Horizonte na SPU, para a gente conseguir mais áreas para fazer as salas de aula para os cursos de engenharia. Não consegui fazer mais lá, próximo. Por quê? Porque a área que circunda o Colégio Federal, imagina um L, aqui o Colégio Federal, um L assim, foi privatizado, o Governo Federal passado, e aquele que adquiriu a área, ele revendeu essa parte, onde o Mart Minas acabou de se inaugurar. Nos termos da lei 6799, todo loteador deve fazer as obras de infraestrutura do loteamento. Então ficou remanescente essa parte que estamos aqui até a avenida Humberto Mallard, aqui para trás. A gente está pleiteando junto a SPU que uma área de mais ou menos uns 30.000m² seja transferido para o polícia militar que estar querendo construir o colégio Tiradentes, juntamente com o colégio Tiradentes, uma praça de esportes, com piscina olímpica. Outra parte*

seria para a construção das salas de engenharia do IF. E hoje tem aquele buraco lá, que acumula água e estou procurando a engenharia que explique melhor o que está ocorrendo ali. Porque dado o diâmetro daquelas anilhas, eu já estou assombrando, porque na verdade, o diâmetro é enorme. Para ter 120 cm de altura, a vazão de água vai ser enorme. Ou seja, em uma chuva muito forte, aquela lagoa enche rápido. As outras partes, no momento eu sei que tem alguns pleitos aí. O hospital tem interesse em algumas áreas, mas tem outras parte significativa que está sem destinação. Tem uma parte que é para o fórum, o fórum novo. Tem uma placa aqui, nas nossas costas, que demarca essa área. Mas ainda assim sobram áreas, uma área remanescente de cerca de 100.000m², que ainda não foram destinadas. Mas quem tem a matrícula disso é a União. Porém a SPU ainda é resistente em relação a essa área, houve uma reunião aqui nessa sala, com a superintendente dessa área. Sendo apresentado para ela uma série de demandas, essas demandas estão apresentadas por diversas instituições. Pelo IFNMG, pela Prefeitura, pela Polícia Militar, pelo Tribunal de Justiça, pelo Ministério da Justiça, pela Marinha etc. Mas apesar de todos esses pedidos, foram definidos. Pedidos definidos, mas não como doação, definidos como cessão, e quem recebe essa cessão e não utiliza em x tempos, essa área é devolvida para a SPU. Então um grande vazio que tem aqui, eu pedir para que a gente priorizasse a preencher esse vazio, é exatamente o que a senhora falou. Tem dia à noite aqui, fica uma escuridão imensa, vira um depósito de lixo, um depósito de entulho, um local que quando chove o capim cresce e esconde pessoas que promovem assaltos, tentativa de estupros. Essa área eu sempre falo que precisa ser ocupada, mas para isso precisamos fazer um movimento, que evolva na câmara, a prefeitura, a sociedade, que envolva todo mundo. Para que possamos vencer essa inercia, de um lugar que não está sendo ocupado a mais de 60 anos. Você tem toda razão de fazer esse questionamento. Essa área pessoalmente eu colocaria para que seja priorizada para a ocupação. Está em curso, mas tem de acelerar. **O nono participante, Ivonei, Diretor da FUNAM** fala “É muito comum os municípios, como uma orientação ao investimento, fazer acordos com empresas ou indústrias, para se instalar em cidades. Em contrapartida, essas empresas ou indústrias precisam deixar algum recurso para ser investido no município. Como pode ser tratado, dentro do plano diretor, nesses acordos que são feitos entre os municípios e as indústrias, para que essa contrapartida possa ser destinada para essas áreas prioritárias. Em Segundo ponto, existe a parceria com o público privado. É muito comum algumas empresas assumirem a gestão, reforma, instalação e manutenção de praças e canteiros. É possível tratar isso dentro do Plano Diretor?”. O Professor Marcos responde “São experiências que já existem nessas áreas de PPP, parceria público privado é interessantíssima mesmo. A alocação de recurso de dinheiro privado, e não público, pode destinado para outras unidades, como áreas verdes. O Plano Diretor tem que prever isso, exatamente isso, que o investimento em áreas de meio ambiente, de parques, áreas verdes, de algum tipo de atividade para valorizar essa chamada infraestrutura verde, para a sustentabilidade urbana, parta no poder privado, e não do poder público. Então a gente pode colocar isso, como uma diretriz. Como eu disse é uma diretriz, para depois ter efetividade. Aquela que a gente fala de pegar a espinha e criar uma legislação

específica de incentivos que essa indústria vai receber também ao fazer o aporte de uma área ambiental, por exemplo em alguma mitigação de algum problema. Agora podemos entrar com algumas condicionantes, mas esse é o ponto principal. A energia fotovoltaica vai vir se instalar aqui e aí ela faz uma doação para o fundo ambiental, pelo CODEMA. Ai o CODEMA ou algum órgão de meio ambiente vai deliberar qual finalidade aquele recurso vai ser utilizado. Por exemplo, um grande projeto de arborização urbana, em um projeto de drenagem. Então são medidas que tem que ser colocado em contrapartida a instalação da indústria ou mesmo em projetos de parcerias público privadas. No entanto, tem que ser um movimento da sociedade em cobrar dos vereadores, para que essas diretrizes sejam transformadas em leis, para que de fato isso tenha efetividade”. **Décima participante** foi Erci Guerra também tem sua fala na sessão “Boa noite a todos, eu sou Erci Guerra, se eu for fazer uma pesquisa aqui, eu sou a mais velhinha aqui. Estão eu vou falar de cabeça. Realmente, essa parte, não é da minha área, minha área é da saúde. Então, eu não entendo muito de arquitetura, de engenharia, mas vou falar da vivência, o que eu vivi. Estão falando daquela parte da Avenida São Francisco, que permite ser um antiquíssimo, na árvore. Aquela área à direita do rio, ali era uma lagoa e era uma senhora da lagoa. Ela vinha, ia, vamos dizer assim, até atrás do mercado. Aquilo tudo era água, você não andava porque era fundo. Então, quer dizer, eu estou sentindo que realmente uma análise para a ampliação de uma cidade realmente tem que ser vista com muita seriedade, que a pessoa as vezes tem um terreno que comprou, mas antigamente era uma lagoa. Outro lugar também que deveria ser olhada e ser analisada é o brejo, perto da ponte Marechal Hermes. Essa parte esquerda dessa avenida que passa atrás do colégio da Santíssimo Trindade, aqui era um prédio, eu era menina, eu andava para todo lado. Minha quando chegava em casa perguntava onde eu estava, daí quando eu cheguei a minha casa e ela me descobriu. Alguém falou aí que Pirapora não tem museu. Mas eu fundei na casa do meu avô, Camilo dos Santos, lá no centro, um museu, um museu familiar. Está fechado porque a velhinha aqui não da conta mais. São 14 janelas para abrir e fechar, 4 portas, receber os visitantes e explicar. Sair mostrando tudo o que tinha na casa e o quintal. Isso tudo eu fiz sozinha, um sonho que eu consegui realizar com a ajuda de Deus. Então por exemplo, essa parte aí quando eu vim pra cá em 2013 pra fundar o museu, tava usando o brejo. Eu falei esse povo está doido. Ali era água para todo lado, tinha até um córrego pequeno. Então realmente é uma coisa que precisa ter uma análise, porque depois que aconteceu, já não tem mais volta. Eu fui clara? Entenderam? Pelo que eu entendi que os senhores e as senhoras falaram aqui, a água nos bairros e nas ruas é porque foram utilizadas áreas que eram brejos. Eu entendo assim, me desculpa os engenheiros e as pessoas de engenharias, mas é preciso falar sobre isso. Então estou falando o que eu realmente vi, no brejo é perigoso a água voltar e as casas caírem. Estou muito errada? Podem responder”. **Décima primeira participante** Talita, servidora da câmara Municipal “Boa noite, meu nome é Talita. Sou servidora da Câmara Municipal. Como vocês colocam os questionamentos. Por exemplo, qual é o motivo de hoje que nós não entramos nesse ponto? Como se desse a decisão de se não concordar ou não?” Logo em seguida o Professor Marcos responde “As questões vão ficar exatamente para nós

deliberarmos nesse momento. O que não é definido agora nas duas audiências, que a gente chama de audiência de fiscalização, a gente faz a proposta do que foi discutido no COMPUR e do que nós recebemos, tanto na urna física quanto nas contribuições virtuais. Então, dois espaços, um espaço de urnas físicas e um espaço virtual, nós fazemos uma compilação de todos esses dados nas duas próximas audiências que nós apresentamos. Uma proposta de macrozoneamento na perspectiva do parcelamento, de como seria esse modelo, o que se pretende foi a expansão urbana e quais seriam os raios para isso, para a gente de alguma maneira deliberar na audiência pública. Mas nós caminhamos agora para os questionamentos para a mudança. Porque hoje nós temos uma legislação vigente, assim como toda cidade brasileira. Para cada cidade nós temos um município que possui sua legislação. Então que rege o parcelamento urbano, no caso de Pirapora, vocês tem o lote mínimo de 125m², para essas zonas de interesse social. A questão é, isso atinge a demanda? A gente acha que isso é viável ou não? Exatamente, a resposta nós temos que direcionar nesse sentido. Como zona, prioridade e desafio. O que ficou claro até o momento, na leitura que foi exposta, é que essas áreas que tem algum grau de suscetibilidade a alagamento, a inundação, essas áreas não podem ser ocupadas, especialmente para ocupação urbana. Então, tem de se pensar isso, criar essas zonas especiais de interesse ambiental. Então, essa é uma questão que se faz. Outra questão dentro do atual perímetro urbano, você tem áreas ainda não ocupadas e que são passíveis de ocupação do ponto de vista ambiental. Essas áreas devem ser priorizadas ou devem priorizar a expansão urbana, o crescimento maior? Então, a gente tentava, nessa perspectiva, partir do que agora foi realizado nesse sentido. O parcelamento mínimo de 125m² é um parcelamento que atende o atual público de Pirapora? Com a testada mínima de 5 metros?”. Moacir arquiteto “Então, o importante é que os antigos, antes de 59, depois de 59 foi a primavera, Alphaville, o registro dos dois residenciais, só Alphaville, que foi depois a prefeito na época permitiu o loteamento sem a infraestrutura básica. Que não seria responsabilidade do loteador. Os novos loteamentos estão sendo construídos 12x30. Ao meu ver o terreno mínimo tem que ter de testada 6m e a partir de 150m². É isso que eu penso. Vânia volta a falar novamente “Em relação ao meio ambiente, de que forma o plano diretor pretende, por exemplo, reduzir ou eliminar de vez a poluição do ar, produzida pelas fábricas pelo Distrito industrial?” Professor Marcos volta a falar “Então, vamos lá, só para esclarecer. O plano diretor, ele não proíbe, ele não veda nada, ele não corrige nada. Ele é um plano de diretrizes, de orientações e tem legislação própria, tanto municipal, como estadual e federal para esse tipo. Então, no caso, o que o plano diretor vai colocar é exatamente reforçar esse papel da fiscalização no cumprimento das normas. Então, essa é uma orientação, que isso, se vocês pegarem todos os planos diretores que nós temos verificado, consultado, sentido como referência. Os principais pontos é o cumprimento da legislação. Se nós pegarmos a legislação brasileira, a legislação brasileira, ela é uma referência. O que é um problema, principalmente na área ambiental? O não cumprimento. Então, a gente vai reforçar esse sentido, o poder dos conselhos, que a gente colocou, essa participação a gestão democrática do cumprimento da legislação. Mas o plano diretor, propriamente, ele não faz, ele faz aquilo que vocês colocaram. Com relação aos lotes,

o parcelamento mínimo hoje é de 125m², e o Moacir colocou que em relação a testada de 5 metros ser uma situação que não é legal e nem justa socialmente. Então temos que fazer a proposta para que o parcelamento seja diferenciado. O urbanista Luis Cláudio volta a falar “Eu sou urbanista há mais de 40 anos, então estou fazendo o papel de advogado do diabo. Se vocês passarem a testada mínima de 5 metros para 6 metros, vocês vão dar mais vida e dignidade para a pessoa que vai comprar esse lote. Outra coisa, vai obrigar esses loteadores que querem fazer lotes muito pequenos. Essa coisa precisa ser discutida agora, engessada agora. Gostei muito da proposta do meu colega Moacir, precisamos de lotes de no mínimo 6 metros de testada. Agora se o lote possui 100, 300, 400 ou 600 metros, isso não importa. O próprio mercado regula isso”. O professor Marcos volta a falar “O que foi colocado na função social da cidade, é isso que a gente está defendendo, a gente não está aqui para prejudicar o empreendedor imobiliário, mas pensar na função social da cidade. Então a constatação que se tem discutido é que essa é a questão de frente do lote de 5 metros não é viável. Então a gente ampliaria aí pra 6 metros com área mínima de 150 ou invés de 125. Então, nós estaríamos ampliando essa área. Aí, eu queria que sobre esse assunto, pontualmente, para vocês se manifestassem, quem discorde, quem concorda, quiser se esclarecer, ou se não se manifestar, a gente entende que está de acordo com a proposta. Não? Alguém? Beleza (ninguém se manifestou). Então, são de acordo com os códigos, então nós vamos encaminhar essa proposta, obrigado, né, aos senhores, por essa contribuição. Com a nossa ajuda de adensamento de prioridade, o entender do que foi dito nesse momento é que as áreas com algum tipo de suscetibilidade, é diferente disso, mas não vamos entrar aqui no conceito, de vulnerabilidade, de suscetibilidade nisso, mas se tem alguma possibilidade de provocar alagamento, alagação, essa área tem que ser tratada como uma zona especial de interesse ambiental. Ou seja, vai precisar de um estudo mais aprofundado para qualquer intervenção ali dentro. A outra questão, a ampliação total do perímetro urbano é necessária? Nós temos de definir alguma forma de expansão, essa expansão do raio de um quilômetro, dois quilômetros, três quilômetros, tem alguma sugestão desse tipo, para a área? Moacir fala “Na realidade é o seguinte, se a gente pensar a expansão do perímetro urbano, nós vazios urbanos dentro de Pirapora permite adensamento. Então eu acho, se a gente priorizar o adensamento dessas áreas, por exemplo, no Cícero Passos, no Cidade Jardim, em São Geraldo, são muito grandes, eu vou partir do Santo Antônio, perto do estádio, poliesportivo, que é uma área nova, então eu acho que antes de pensar em um crescimento temos de adensar essas áreas vazias. Marcos volta a falar “Gente, o que Moacir coloca aqui, só para esclarecer, fazer uma cidade mais compacta do que agente está produzindo. Vamos com ocupar o que já tem aqui, para que vamos expandir. Esse é o ponto. Então, vamos criar uma diretriz específica que o adensamento prioritário deve ser nas áreas consolidadas, nas áreas não adensadas, porém que ainda estão dentro do perímetro urbano atual. Esse é o ponto. E eu particularmente, nessa direção que todos os movimentos da cidade sustentável, da unidade da ONU, recomendam, cidade compacta. Então, se tiver alguém que discorde, quiser fazer uma proposta, por favor, fique à vontade”. Ninguém se manifestou, posteriormente o professor Marcos passou para proposta macrozoneamento “Então,

nós fizemos uma definição, inclusive, de acordo com o modelo que estava previsto em 1997, a gente vai adaptar, obviamente, na dinâmica atual, dessas zonas de especial interesse ambiental, fazer um mapa disso, fazer um mapa das zonas prioritárias por grau de adensamento, as que são mais adensadas, que a gente sentir o que se tem de espaço vazio ali dentro, e assim vai ocupando todo o atual perímetro urbano. A questão das energias fotovoltaicas, das atividades fotovoltaicas. Vocês entendem que é necessário a criação de uma zona especial para a alocação desse tipo de empreendimento? (O público se manifestou a favor) Vocês entendem dessa forma? Alguém discorda dessa proposta e vai fazer uma defesa. Beleza? Tranquilo? (Patrícia respondeu que tem de ser afastado da área urbana. Lucas fala que ainda precisa ter a diretriz que obriga essas empresas a terem uma contrapartida em relação ao impacto social e ambiental causado por esses empreendimentos. Moacir concorda com Lucas e Patrícia sobre o distanciamento do perímetro urbano). As indústrias já possuem distrito industrial, uma questão que levantamos no COMPUR é a construção de outro distrito industrial. Algum participante se manifesta sobre o congestionamento de carretas dentro da cidade “Precisamos de um acesso para essas carretas fora do perímetro urbano”. Marcos volta a falar “Então, beleza? Criamos alguns pontos sobre o macrozoneamento urbano de Pirapora? Ok? Beleza? Gente, então, com isso, nós respondemos as três perguntas que foram colocadas de maneira objetiva. Algumas questões vão aparecer em algum espaço virtual, em algum espaço físico nas urnas. Nós vamos fazer essa junção de tudo isso, esse compilado, tentar trazer isso em forma de mapa. Eu acho que a melhor linguagem que tem no plano diretor é a linguagem cartográfica. A gente vai trazer isso na próxima audiência, com previsão para dezembro. E é isso que o Carlos colocou. Por favor, leiam a ata, qualquer situação que vocês encontrarem, entrem em contato. As reuniões do COMPUR são todas as segundas terças-feiras do mês”. Viviane secretária do COMPUR começa a falar “Boa noite, os participantes desse conselho são alguns servidores das secretarias. Os setores da sociedade civil, por exemplo o IFNMG, o CREA, o CAU, CRECI, a Câmara Municipal, a União das Associações de Moradores de Pirapora entre outro”. Marcos volta a falar “O processo participativo é natural que em algum momento nós tenhamos que ajustar. E temos a humildade de parar e ajustar a partir da demanda de vocês. Toda a demanda tem de partir da população de Pirapora. Então todos nossos canais de comunicação estão disponíveis para vocês. A ideia é essa, é participar e colocar os problemas. Vou passar para Heliomar fazer o encerramento” Antes disso, um participante pede para falar “Só para complementar o que foi falado, precisamos tentar fazer um acesso passando por fora da cidade”. (Patrícia complementa falando que teria de ser uma via expressa ou um anel rodoviário). Por fim Léo encerra a audiência falando da importância das discussões, “Gente para encerrar, nós temos lá no conselho de desenvolvimento urbano uma reunião que acontece todas primeiras terças-feiras do mês. A nossa reunião começa às 9 horas e termina às 10 horas e é sempre na SEDEARE, onde o Hélio Júnior trabalha. Mesmo quem não pertence ao conselho pode participar da reunião, como ouvinte ou participante falante. São todos muito bem-vindos. Bom, a nossa audiência é desejável que durem duas horas, das 19 horas às 21 horas. Então está faltando 5 minutos para terminarmos a reunião. Então vou ressaltar alguns pontos. Primeiro ponto: a todos que

participaram e que falaram, muito obrigado. Essa participação é muito importante. Isso nos motiva, isso nos anima. O segundo ponto é sobre a omissão da fala do Luis, será verificado e corrigido. Nós temos de sanear isso para que ninguém tenha seu direito tirado. A terceira coisa é que o Brasil se desenvolve desengonçado, acho que é uma questão nacional mesmo. Nós temos alguns setores na gestão pública que funcionam e outros setores que não funcionam. Isso acontece no governo federal, no estado e acontece na prefeitura. E há outra cultura que acontece com nós brasileiros que ainda não aprendemos que não basta só legislar é preciso que tenha a lei, que ela seja praticada e seja cumprida. Que essas leis sejam cumpridas tanto pela sociedade quanto pelo poder público. Eu estou dizendo isso porque tem muitas coisas que já estão legisladas no código de posturas hoje existente. No entanto acontece o que a professora disse. Ela andando na rua e passa em determinada rua e não consegue acessar o passeio porque o topa tudo coloca na rua tudo que ele vende ocupando o passeio. Eu ando muito a pé e vejo que tem uma loja que coloca os veículos na calçada e eu preciso ir para o meio da rua, disputar espaço com os carros. Há um exemplo que quero citar, a vigilância sanitária faz a fiscalização sanitária. Hoje quem compra carne em Pirapora tem certeza da procedência dessa carne, do abate e as condições de transporte. Quando isso foi implantado falou-se que todos os açougues iam falir. Os açougues não faliram, mas acabou uma coisa: o consumo de carnes de origem suspeita e de origem não controlada. A fiscalização da vigilância sanitária funciona. Já a fiscalização dos topa tudo não funciona. Estou falando como cidadão. O que a senhora passa eu também passo. Há outras coisas que precisam ser fiscalizadas, mas também não são. Por isso tem de ter cobrança, tem que tem questionamento. O conselho do meio ambiente deveria engrossar a voz, nessa proposição que foi levantada hoje, a criação de ZE's. Vou passar a palavra para Moacir, mas existe isso sim, tem fiscalização que é cumprida, mas outras não. Por é importante que tenham essas críticas e é por isso que eu vou escutar as reclamações de Moacir e o porque a fiscalização do código de posturas não funciona". Moacir responde: "Mandei algumas sugestões ao prefeito. O único prefeito que fiscalizou foi José Raimundo Gitirana. Os materiais apreendidos tinham onde colocar, onde guardar. Hoje se vocês forem no meu setor vou mostrar o tanto de notificação e multas que foram aplicadas. Por isso nós precisamos de condições de apreender as mercadorias, transportar e guardar. Por isso precisa ter a força de vontade da administração. Porque nós somos responsáveis pelo que é apreendido. Nós trabalhamos muito, não é pouco não. Porém precisamos dessa estrutura para poder fiscalizar e cumprir a lei. Já fomos até ameaçados de morte e o prefeito já sabe disso. Nós também temos de ter proteção. Então era isso que eu tinha para falar. Muito obrigada. Heliomar finaliza falando "Tem reclamação tem, porém precisa ter fiscalização". Assim encerra-se a terceira audiência pública da Revisão do Plano Diretor Municipal de Pirapora (MG) às vinte e uma horas e doze minutos (21h12min).

Registros Fotográficos







